PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

PARECER TÉCNICO

DO: Sub Controlador/ SEMCAT e IPMA.

PARA: Diretoria Administrativa/ SEMCAT.

Versam os autos do processo n.º 474/2013-SEMCAT/PMA, a respeito de **Locação de Imóvel** não residencial, onde irá funcionar o "Abrigo de 0 a 6 anos"/SEMCAT, junto aos credores: Augusto José Coelho da Silva Bittencourt, CPF:377.482.892-04; e Armando Augusto Coelho da Silva Bittencourt, CPF:615.288.542-68. Conforme memo n.º 193/2013-Dep. de Logística/SEMCAT. Sobre o assunto, temos a informar:

A dotação orçamentária reservada encontra-se acostada aos autos.

Quanto à regularidade fiscal do credor, constatamos estar o mesmo regular na presente data, conforme consulta feita via internet, estando em acordo com § 3º do art. 195 da CF/1988.

Consta nos presentes autos: 01º - **Parecer Jurídico/2013-ASS.JUR./SEMCAT/PMA**, favorável ao presente contrato; 02º - Minuta do contrato elaborada pela Assessoria Jur./SEMCAT; e 03º - Documentos que demonstram a propriedade do imóvel;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA CONTROLADORIA GERAL

Considerando o preconizado pela Legislação Vigente, em especial o caput do art.227 da CF/1988, combinado ao: inciso I e caput do art. 3º, Lei Federal n.º10.406/2002 (Código Civil); incisos II, III, IV, VI, e Parágrafo único do art.100, Lei Federal n.º8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências), conforme transcrito abaixo:

➤ CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988:

"Art. 227. É DEVER da família, da sociedade e DO ESTADO ASSEGURAR À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO JOVEM, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (grifo nosso)

➤ LEI FEDERAL N.º10.406/2002 (CÓDIGO CIVIL):

"Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de dezesseis anos"

➤ LEI FEDERAL N.º8.069/1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS):

"Art. 100. (...)

Parágrafo único. São também **PRINCÍPIOS QUE REGEM A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS:**

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;

III - RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA E SOLIDÁRIA DO PODER

PÚBLICO: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

(...)

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;" (grifo nosso)

Diante do exposto, tudo que nos autos consta, **considerando que a descontinuidade deste serviço pode ocasionar prejuízos** no atendimento do público beneficiário, e que é dever legal da Administração Pública Municipal selar pelos munícipes, principalmente pelos menores de idade, corroboramos com o presente parecer jurídico /2013-ASS.JUR./SEMCAT/PMA, **e SOLICITAMOS QUE SEJAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS: 01º- publicação** do presente contrato observando o disposto no *Parágrafo Único do art.38 da lei Federal n.º 8.666/93 e Parágrafo Único do art.61 da lei*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

Federal n.º 8.666/93, 02º- **REMETIMENTO TEMPESTIVO DE VIA ORIGINAL DO PRESENTE CONTRATO AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - TCM/PA**, em consonância e conformidade com o disposto na *Instrução Normativa n.º. 04/2003 - TCM* somente: Estando de acordo com os princípios fundadores e norteadores da legislação vigente; Mediante necessidade de prestação continua conforme o preceituado no inciso II, art. 57 da *Lei Federal 8.666/93*; Tendo em vista a celeridade e economicidade; Obedecendo e mantendo as condições do contrato originário e Sendo vantajoso ao erário público.

Desta forma sugerimos que o presente seja encaminhado ao Ordenador de Despesas para que tome as medidas cabíveis em consonância com a Legislação Vigente.

Outrossim, ressaltamos a suma importância de encaminhar os presentes autos ao Ilmo. Senhor Procurador Geral deste Município para análise e manifestação, **após avaliação previa do imóvel por técnicos da SESAN/PMA, habilitados para tanto.**

É o parecer,

Ananindeua-PA, 17 de abril de 2013.

Jorge Freitas Pinheiro Júnior

Controle Interno

CGM